

Radiografia Crioula

Um diagnóstico político e social de Cabo Verde

Coordenador Bruno Carriço Reis



FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E VENDAS
SÍLABAS & DESAFIOS - UNIPessoal LDA.
NIF: 510212891
www.silabas-e-desafios.pt
info@silabas-e-desafios.pt

Sede:
Rua Dória Carmona, nº 4, 4 Dt
8000-316 Faro
Telefone: 289805399
Fax: 289805399
Encomendas: encomendar@silabas-e-desafios.pt

TÍTULO: **Radiografia Crioula - Um diagnóstico político e social de Cabo Verde**
COORDENAÇÃO CIENTÍFICA: **Bruno Carriço Reis**

Colaboradores:
António Tavares de Jesus
Bruno Carriço Reis
Carlos Silva Gonçalves
Cláudio Alves Furtado
Crisanto Barros
Elísio Macamo
Fernandina Lopes Fernandes
Iva Maria de Ataíde Vilhena Cabral
João Paulo Madeira
José Carlos Gomes dos Anjos

Coordenação editorial: Madalena Romão Mira

1ª Edição
Copyright © Universidade Autónoma de Lisboa e Sílabas & Desafios, Unipessoal Lda., Setembro 2016
ISBN: 978-989-8191-71-7
Depósito legal:

Ilustração de capa: Ruben Marques Pedro

Edição e composição gráfica: Sílabas & Desafios Unipessoal, Lda.
Pré-impressão, impressão e acabamentos: Gráfica Comercial, Loulé

Reservados todos os direitos. Reprodução proibida. A utilização de todo, ou partes, do texto, figuras, quadros, ilustrações e gráficos, deverá ter a autorização expressa dos autores. Os textos refletem opiniões pessoais e são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Madalena Romão Mira | 7 |
| MORABEZA | 7 |
| Bruno Carriço Reis | 9 |
| OVERTURE | 9 |
| África, uma realidade dialógica. | 11 |
| Entrevista com Elísio Macamo | 11 |
| PRÓLOGO | 11 |
| Iva Cabral | 29 |
| O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CABO-VERDIANA (FINAIS DO SEC. XV A FINAIS DO SEC. XVIII). | 29 |
| Bibliografia: | 45 |
| João Paulo Madeira, Bruno Carriço Reis | 49 |
| A CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM CABO VERDE | 49 |
| 1. A identidade da nação cabo-verdiana, uma proposta para o seu estudo. | 50 |
| 2. O passado no presente: história do arquipélago de Cabo Verde. | 52 |
| 3. Da génese à afirmação do Projecto Nacional Cabo-Verdiano | 55 |
| 3.1. A génese da elite cultural orientada para o debate contemporâneo sobre a construção da Nação em Cabo Verde | 62 |
| 4. O processo da construção do Estado-Nação em Cabo Verde: da trajectória da independência nacional à integração regional | 65 |
| 5. Olhando retrospectivamente para a questão da singularidade cabo-verdiana | 72 |
| Referências bibliográficas | 75 |

| | |
|---|------------|
| Crisanto Barros | 83 |
| INTERPENETRAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA COM O ADVENTO DO ESTADO NACIONAL CABO-VERDIANO | 83 |
| Introdução | 83 |
| 1. Questões iniciais sobre a interpenetração entre Administração e Política | 84 |
| 2. Partido, Estado e Administração no Cabo Verde pós-independente | 87 |
| 3. Política, Administração e a reconversão para o mercado | 94 |
| 4. Pistas conclusivas | 99 |
| Bibliografia | 101 |
| Cláudio Alves Furtado | 105 |
| AS ELITES CABO-VERDIANAS, A SÍNDROME DA «METRÓPOLE» E A BUSCA DA LEGITIMAÇÃO EXÓGENA DO CONHECIMENTO | 105 |
| Introdução | 105 |
| Situando teoricamente a reflexão | 107 |
| A parceria especial com a União Europeia: A vingança da UDC | 114 |
| O discurso da regionalização e sua legitimação extra-muros | 121 |
| Considerações finais: desafios à definição e construção de agendas públicas autónomas e endógenas | 127 |
| Referências Bibliográficas | 129 |
| António Tavares de Jesus | 133 |
| AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL/RURAL EM CABO VERDE NO PERÍODO PÓS 1991 | 133 |
| Introdução | 133 |
| 1. Orientação estratégica | 133 |
| 2. O período entre 1991 e 2001 | 135 |
| 3. O período entre 2001 e 2011 | 137 |
| 4. Estratégias de desenvolvimento no contexto internacional: Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) | 140 |
| 5. Os efeitos do modelo de desenvolvimento hegemónico em Cabo Verde e pistas para uma via alternativa. | 144 |
| 6. Estratégias de desenvolvimento regional/local e rural em Cabo Verde: um olhar a partir da ilha de Santo Antão. | 148 |
| 7. Abordagens teóricas do desenvolvimento do meio rural: subsídio para um debate a partir da realidade cabo-verdiana. | 159 |
| 8. Conclusão | 163 |

| | |
|---|------------|
| Fernandina Lopes Fernandes | 167 |
| ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA URBANA EM CABO VERDE - UM OLHAR APROXIMATIVO | 167 |
| Introdução | 167 |
| Dos protagonistas e causas da violência | 169 |
| Juventude e violência | 174 |
| O processo de urbanização da cidade da Praia e a violência | 178 |
| Considerações finais | 181 |
| Bibliografia | 182 |
| José Carlos dos Anjos | 185 |
| PRÁTICAS DE ABORTO NOS SEGMENTOS POPULARES EM CABO VERDE | 185 |
| Introdução | 185 |
| Aborto entre famílias | 187 |
| Pessoas em processo de aborto | 190 |
| Uma metafísica do cuidado | 195 |
| Violência institucional e moral familiarista | 198 |
| Conclusão | 201 |
| Referências | 202 |
| Carlos Filipe Gonçalves | 203 |
| MÚSICA DE CABO VERDE: DA INDEPENDÊNCIA AOS DIAS DE HOJE. | 203 |
| Introdução | 203 |
| Contexto social, político e musical nos dois anos pré Independência | 206 |
| 25 de Abril em Portugal versus Música revolucionária em Cabo Verde | 209 |
| De 1975 a 1980: da música revolucionária ao retorno às fontes | 212 |
| O regresso de Bana, da Morna e da Coladeira tradicionais | 215 |
| Anos 80: a explosão do Funaná e a crise do conjunto Bulimundo | 217 |
| Os Finaçon e o início da internacionalização | 220 |
| Anos 90: Cesária Évora, música de fusão e internacionalização | 221 |
| Anos 00: batuque, múltiplos caminhos e a actualidade | 225 |
| Bibliografia: | 228 |
| BIOGRAFIAS | 230 |

MORABEZA

A vida nunca me levou a Cabo Verde.

Conhecedora do Minho ao Algarve, passando pela Madeira e Açores, do Cabo da Roca, o ponto mais ocidental da Europa, até à longínqua Pequim, com muitas paragens na Europa, do círculo polar ártico à Rússia profunda, Médio Oriente, América Central e do Sul, em África, até agora só conquistei com o olhar alguns países do norte.

Recentemente revi trabalhos de arquitetura do cidadão do mundo, e em especial grande africanista, José Manuel Fernandes, que me levaram a Cabo Verde. Mas foram as palavras que me transportaram às igrejas, ao traçado das ruas, às diferentes ilhas, numa deslocação entre tempos passados e momentos presentes, todos igualmente a chamarem-me para uma visita ao arquipélago, acompanhados de um franzir de sobrolho do autor, num misto de espanto pelo meu desconhecimento e de advertência para que reparasse a falha rapidamente.

Quando Bruno Reis, professor da Universidade Autónoma de Lisboa, lançou o desafio da edição de Radiografia Crioula, vi-me a braços com a edição e revisão de múltiplos textos... a braços e a abraços, pois a leitura atenta – sempre acompanhada de mornas e coladeiras – revigorou a vontade de abraçar Cabo Verde e de finalmente conhecer as pessoas na sua terra e a sua mítica hospitalidade.

A seleção de textos que se apresenta respira cultura, conhecimento, saber, mas também temperaturas cálidas, sorrisos e boa disposição.

Do povoamento em tempos idos à diáspora mundial, na qual obviamente, Portugal tem um lugar central, acompanhamos distintos aspetos de

um arquipélago acolhedor, com identidade própria e cujos representantes se distinguem no melhor dos sentidos em qualquer local do mundo.

Radiografia Crioula é um livro riquíssimo nos mais variados aspetos, a começar pela multiplicidade de abordagens dos capítulos, dirigido a todos, académicos e curiosos, bem como aos que pretendem visitar a vida multicultural do arquipélago, criando uma tentação onde se mistura um charme inigualável com uma tradição que não se perde.

Obrigada a cada autor, e em particular ao Bruno Reis. Cabo Verde não esperará muito mais por mim 😊.

Overture

Corria o ano de 2010 quando o então Presidente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Pública de Cabo Verde, Leopoldo Amado, me desafiou a coordenar o curso de Ciências Sociais. Chegado, fui tomado pelo bulício de uma jovem instituição, que cumpria o seu quarto ano de vida e onde grassava uma ambição de bem-fazer. Nas Ciências Sociais consolidava-se a massa crítica. Parte significativa dos meus companheiros de ofício terminava as suas investigações de doutoramento, muitas delas assumindo o sério compromisso de produzirem um sólido conhecimento sobre a realidade sociopolítica de Cabo Verde. Nas instrutivas conversas que fomos tendo acerca das questões locais, verdadeiras aulas que muito me deram a conhecer e facilitaram a minha integração, fui constatando a qualidade de um debate académico que se fazia desde uma vibrante heterogeneidade epistemológica/metodológica/concetual. Senti desde logo a urgência de aproximar estes múltiplos olhares/saberes a um público que não se deveria esgotar somente nos nossos alunos ou, em última instância, no crescente número de estudantes das áreas de humanidades de Cabo Verde. De desafiado passei então a desafiador. Nesse sentido, fui impelido a solicitar aos meus companheiros de academia versões condensadas dos seus labores investigativos. A maioria disse Presente! O que atesta bem do potencial humano da área. Se a isto somarmos os decanos da investigação social em Cabo Verde, muitos deles na diáspora, são prósperos os tempos que se avizinham para a conformação de um sólido *corpus* de estudo acerca do arquipélago.

Este livro é a evidência concreta da afirmação anterior. Foi planeado para se pensar a “crioulidade”, como um processo de entendimento do presente que é sempre devedor da compreensão de um cúmulo de passados.

Por isso, não poderíamos propor uma radiografia que não tentasse captar de forma nítida os contornos socio-históricos da realidade em escrutínio. Esse pressuposto é assumido desde o texto inaugural e explorado de forma fecunda na primeira metade do livro. A conversa introdutória com o sociólogo Elísio Macamo, estudioso das realidades africanas, predispõe para se pensarem as idiossincrasias de um continente que alberga a insularidade de Cabo Verde. Seguem-se dois capítulos, um da historiadora Iva Cabral, e um segundo de João Paulo Madeira e Bruno Carriço Reis, que propõem um olhar da génese da Nação e do Estado, debatendo os fundamentos da sua organização social e política. O terceiro capítulo, de Crisanto Barros, reflete como as contingências da configuração do espaço político se vertem no atual desenho dos círculos de poder, em concreto no que concerne ao papel das elites político-partidárias. Tema que é ampliado no capítulo seguinte, do sociólogo Cláudio Furtado, onde se reflete acerca da morfologia do discurso público cabo-verdiano, escrutinando a postura da intelectualidade que o conforma. Os capítulos posteriores tecem, no seu conjunto, o fio condutor da segunda metade do livro, levantando quatro questões prementes acerca da realidade cabo-verdiana: a questão rural na relação direta do desenvolvimento local, capítulo cinco subscrito por António Jesus; a questão da violência como expressão de uma dada compreensão da "patologia" urbana, uma leitura exploratória realizada por Fernandina Fernandes; as práticas abortivas como problema social encoberto que merece ser desvelado, um debate levado a cabo por José Carlos dos Anjos no capítulo sete; a música como alicerce estrutural da cultura de Cabo Verde, tema do último capítulo, texto que é da lavra de um homem da rádio, Carlos Gonçalves, que tem um assinalável trajeto na investigação da área. O apontamento final é de agradecimento pela cumplicidade de tod@s aquel@s que quiseram embarcar nesta aventura. A(o)s autor@s, pela sua disponibilidade. À Universidade Autónoma de Lisboa, na figura da Cooperativa de Ensino Universitário, sua entidade instituidora, por se ter prontificado a financiar a obra que agora apresentamos. E à Madalena Romão Mira, editora incansável deste livro. As suas leituras e releituras permitiram um novo olhar sobre questões que nos escapavam.

Um enorme bem-haja a todos.

Lisboa, 5 de Setembro de 2016

África, uma Realidade Dialógica

ENTREVISTA COM ELÍSIO MACAMO

Prólogo

Partindo de um pressuposto básico, segundo o qual todo o trabalho académico deve ser um exercício de interpelação de uma dada realidade por parte de quem a estuda, logo, uma mediação de conhecimento e ato interpelador para quem toma contacto com as reflexões propostas. Ora, que melhor forma de suscitar um entendimento acerca da realidade de Cabo Verde que predispor o leitor através de um prólogo dialogante e contextualizante?

Desafiei para o efeito o sociólogo Elísio Macamo, um moçambicano em trânsito pelos distintos saberes da ciência e pelas distintas geografias do nosso espaço das humanidades. Esta conversa parte dessa interseção de mundos, num “pingue-pongue” que tenta pôr o estudo (africano e não só) em debate.

Bruno Reis [BR]: A génese dos estudos africanos foi marcada por um contexto de contestação intelectual e social ao colonialismo, amplificados pelos *black studies*, desencadeando uma reflexão muito orientada ideologicamente. De que forma esta postura inicial marcou o desenvolvimento das reflexões acerca da africanidade?

Elísio Macamo [EM]: A genealogia é um pouco mais complexa do que isso, pois há de facto esta linha, digamos, que vai nos dar aos *black studies*, sobretudo como é que se formulam no contexto americano, por exemplo, mas há muito tempo, com gente como William Du Bois, que foi um grande sociólogo negro americano, muito comprometido com a dinâmica do Pan-africanismo, e que viveu os últimos anos da sua vida no Gana. Portanto, há essa genealogia, que é muito americana, uma genealogia quase respeitante à questão da diáspora, como ela foi representada no século XIX e nos princípios do século XX. Para além dessas linhas há outras, genealógicas, que são importantes e que são talvez mais académicas ainda. Por exemplo, toda uma orientação marxista que é muito forte, sobretudo no pós-sessenta e oito aqui na Europa, a revolta dos estudantes, conduziu muita gente a um interesse por questões naturalmente africanas, questões por serem, como se dizia naquela altura, numa perspetiva marxista e isso também foi fundador para os estudos africanos. Depois, há todo aquele percurso da separação entre a Antropologia da Sociologia que é também um percurso basicamente académico. Agora, o que isso fez, já olhando para esta tensão, para o académico e o ativista, o que isso provocou, foi a introdução de uma coisa, que eu tenho vindo a criticar de facto, a plausibilidade como critério de validação do conhecimento sobre África. O que eu quero dizer com isso? Mencionar um ambiente, que ainda permanece, dependendo do grau académico e dependendo do pesquisador, considerando que quando se faz pesquisa sobre África, não precisamos de provar isso de uma forma metodologicamente acessível a todas as pessoas que querem trabalhar de uma forma objetiva, tudo o que se tem que provar é que aquilo que se diz sobre África, é consistente com um certo posicionamento político ou normativo que a gente tem, e se eu o provar, aquele conhecimento que eu estou a produzir é válido. É basicamente isto, é o que eu chamo de plausibilidade e essa plausibilidade assume várias formas, por exemplo, aquilo que toda gente sabe, basta uma pessoa afirmar que toda gente sabe que em África as coisas são de determinada forma, por exemplo, em África os grupos étnicos são importantes, então basta fazer-se referência ao que toda gente sabe, para “plausibilizar” aquilo, qualquer afirmação em relação a uma determinada coisa.

[BR] Ou seja, é a produção de uma pseudociência, assente em lógicas de senso comum?

[EM] Sim, é uma ciência do senso comum, é exatamente isso. Depois, há outras formas de “plausibilização” como, por exemplo, o recurso à utilidade,

e constata-se que em muitas discussões, em textos sobre a África, uma das técnicas que é utilizada pelos investigadores, é de dizer *eu estive lá, eu fiz pesquisa*, tentando passar um argumento sofisticado de autoridade, a partir do momento é que se afirma *eu estive lá*. Mas há um sentido que isto é utilizado simplesmente para “plausibilizar” aquilo que tu estás a dizer, então se eu discuto com alguém e eu digo *Mas isso não me parece convincente*, uma resposta forte que se pode dar, é *eu estive lá, eu falei com pessoas* mas não é exatamente dizer, *eu fiz a pesquisa desta maneira* mas é dizer, *eu estive lá e eu fiz pesquisa, eu falei com informantes e eles disseram isso ai* mas nunca é como que eu falei, quantas hipóteses coloquei e que operações analíticas fiz para tirar estas conclusões, então, este processo de “plausibilização” assume várias formas, não vou fazer uma lista completa, mas penso que este é o grande problema desta tensão entre o académico e o ativista.

[BR] Seria fazer encaixar a *empíria* num quadro de referências que está preparado, portanto, seria uma *empíria a priori*?

[EM] Esse é um grande problema que nós temos. Algumas pessoas já começaram a ganhar consciência, desde logo do ponto de vista metodológico, há ainda muita coisa que não está bem nos estudos africanos, por exemplo, que a reflexão metodológica sobre como é que se produzem os dados e como é que se tira conclusões a partir deles. Esta é uma discussão que é feita de ânimo muito leve, tudo o que se tem de que dizer, é que estiveste no campo; eu oiço muita gente a afirmar que fez o *Ground theory*, e vai-se verificar em que consistiu esse *Ground theory* e não se encontra nada nos textos, portanto é uma espécie de profissão de fé mas sem substância.

[BR] Mas com a crescente expansão e cristalização da formação académica no contexto africano, não assistimos cada vez mais a uma verdadeira inquietação metodológica que ajuda a pensar com mais rigor as práticas científicas?

[EM] O que eu acho que há, e cada vez maior, é uma sensibilidade das questões metodológicas em todo lado, sobretudo aqui na Europa, nos Estados Unidos, que isto já começa e tem que começar aqui para poder ser recebido para poder ser tratado, para poder também sensibilizar as pessoas em África, porque as pessoas estão muito dependentes da produção que é feita aqui. Mas o grande problema é que mesmo aqui na Europa, mesmo na América do Norte, há ainda uma grande tensão entre o contexto metodológico, entre as abordagens quantitativas e as abordagens qualitativas. Durante muito

tempo, esta separação serviu para justificar este processo de “plausibilização”, sobretudo com aquela ideia de que o qualitativo não obedece a nenhuma regra sistemática, portanto tudo que não é quantitativo é qualitativo e que tudo que não é qualitativo é praticamente arbitrário. Então, há uma mudança de facto, onde as pessoas começam a dizer *nós precisamos de mais métodos, precisamos de controlar melhor aquilo que dizemos*, portanto não é suficiente dizermos que precisamos de controlar isso aí, então as pessoas começam a falar da metodologia qualitativa sem contudo serem sistemáticas na abordagem. Mas o que isto está a criar é um interesse cada vez maior, no seio dos pesquisadores, por abordagens mais sistemáticas dentro da abordagem qualitativa, e é isto que está a produzir esta dinâmica, digamos assim, de reflexão metodológica que estamos a precisar. Agora, em muitos contextos africanos, há diferenças; eu acho que na África do Sul há um debate metodológico muito mais sério, por exemplo, do que em Moçambique ou do que no Senegal; na Nigéria também há mais debate, no Quênia e por aí fora. Mas este processo ainda não se traduz em melhores currículos do ponto de vista metodológico em África, continua ainda aquela ideia de que método, é o que é quantitativo e depois como as pessoas têm a opção de dizer que estão a fazer abordagem qualitativa, eles olham para esta opção como uma espécie de carta-branca, de luz verde para não serem sistemáticas naquilo que fazem. Então, eu diria que, nós ainda estamos num processo hesitante de ganhar maior consciência em relação a estas questões metodológicas que já vi mas que de certeza ainda não chegamos lá.

[BR] E tematicamente que questões interessam aos investigadores que se debruçam acerca das problemáticas africanas?

[EM] Uma das razões que levam jovens a fazer ciências sociais, por exemplo Antropologia ou Sociologia, é a questão do desenvolvimento, tema que costuma interessar muito as pessoas. Quais são estas questões? São naturalmente políticas, todas as que se relacionam com corrupção, com desenvolvimento rural; todo aquele jargão da indústria do desenvolvimento tem interessado muito aos jovens, como também o HIV/SIDA, os jovens, as crianças da rua, as mulheres, as questões de género que configuram um conjunto de temáticas a que costumo chamar de problemas práticos, que não são problemas conceituais, são problemas práticos que interessam aos jovens e para os quais também há dinheiro e há possibilidade de conseguir emprego depois.

[BR] Consideras que esta tónica no desenvolvimento é muito limitadora da compreensão da realidade social africana, empobrecendo inclusive o debate intelectual?

[EM] Eu vejo a questão a um outro nível, de facto o problema é esse, há um empobrecimento das ciências sociais em África em virtude da força, da atração que a indústria do desenvolvimento exerce, do domínio que ela tem sobre o nosso imaginário, mas realmente o problema está na relação. Este é um problema que existe aqui na Europa também: está na relação entre aquilo que denominamos de pesquisa básica e pesquisa aplicada. O que está a acontecer em África, e sobretudo nos estudos africanos de uma forma geral, e inclui o que acontece aqui na Europa, é que se dá mais importância à pesquisa aplicada do que à pesquisa básica; o que quero dizer com isto, é que nós damos mais importância à resolução de problemas do que a formulação de problemas, e daí o peso que o desenvolvimento tem em África é uma situação em que os investigadores são chamados para encontrar soluções para um problema que já foi definido por alguém e quando é assim, para mim não há nenhum desafio intelectual, nenhum desafio conceptual, porque desafio conceptual consiste em perceber uma coisa, e não é um conjunto de medidas a tomar, mas é dizer *Eu penso que este problema coloca-se desta maneira aqui, não sei o que podemos fazer, não é este o problema, o que vocês estão a dizer*. Portanto, é o problema conceptual que sustenta a pesquisa básica e não a procura de solução e é isso que nós temos, o que está a afetar os estudos em África e é o que está a afetar os estudos africanos na Europa; porque se tu não tens dinheiro, não arranjas para abordar questões conceptuais porque as instituições que financiam as pesquisas respondem *Nós queremos resultados, nós queremos resolver os problemas africanos* e é nessa onda que quando surge alguém a querer fazer pesquisas sobre cultura e sobre arte, vai receber como resposta que isso não vai ajudar a resolver os problemas que o continente africano tem. É neste sentido que eu digo que se colocaria melhor o problema se dissemos que temos esta grande tensão entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada e que o predomínio da pesquisa aplicada está a afetar o desenvolvimento intelectual africano.

[BR] A questão curricular joga aqui um papel vital, já que umas das grandes discussões em aberto na academia africana se prende em definir que domínios é que devem ser contemplados nos cursos de ciências sociais. Achas que faz sentido falar como muitos autores dizem na re-africanização nos cursos das ciências sociais?

[EM] Essa é uma questão muito difícil, muito bicuda e de facto merece muita atenção por parte de investigadores africanos. Há uma grande discussão, uma discussão dos anos 70 e 80 também, sobre aquilo que chamavam de descolonização da mente.

[BR] Que Boaventura reivindica desde a sua «epistemologia do sul»...

[EM] Mas isso é mais cedo. Começou na literatura, veio da literatura porque, qual era o problema na literatura? É que os autores africanos eram criticados por intelectuais não africanos, portanto criavam uma situação em que os critérios eram estabelecidos aqui na Europa e na América do Norte, e era a partir deles que se avaliava a qualidade da literatura africana; então os escritores e os críticos africanos rebelaram-se um pouco, revoltaram-se e disseram que não poderia ser, que os critérios tinham que ser determinados a partir do próprio continente africano. Agora qual o problema que eles tinham? É que eles não eram lidos pelos africanos, quem lia a literatura africana, e quem continua a ler a literatura africana, são pessoas de fora; de modo a fazer sentido que sejam essas pessoas a criticar, precisamos de uma massa crítica interna para podermos desenvolver um vocabulário interno e que esteja atento às preocupações. É que existia uma preocupação sobretudo nos anos 70 e 80 em que os livros africanos eram publicados como glossários, por exemplo, que era para explicar muita coisa, muita terminologia, ou críticos que não conheciam realidades referidas nesses livros. Essa discussão depois foi retomada por filósofos, por exemplo, o ganhês Kwasi Wiredu que achou também que esta questão era para a filosofia, que havia uma apropriação irrefletida de conceitos da filosofia e a tentar forçar realidades africanas, portanto para dentro desses conceitos, e a produzir simplesmente coisas bizarras, mas ele teve o cuidado de dizer que o grande problema era o da tradução. Como é que se traduzem conceitos que foram desenvolvidos em contextos históricos e políticos, culturais e sociais completamente diferentes dos nossos, fazendo com que esses conceitos de facto sejam úteis para a compreensão dessa realidade que se quer compreender? Ele dizia que o processo de tradução tem limites; não quer dizer que não seja possível traduzir, o que isso quer dizer, é que só apreciando os limites da tradução é que se conseguem apreciar os limites dos conceitos e melhorar esses conceitos. Portanto, nós utilizamos conceitos também para melhorar os conceitos, para alargar o campo semântico dos conceitos, e esse que é o contexto da discussão. Agora, há um outro tipo de discussão que é menos elaborado, simplesmente de questionar se os conceitos utilizados são

européus, desenvolvidos na Europa, eles não podem refletir a realidade africana? Esse debate também existe mas penso que é muito pobre, não há alternativa à utilização dos currículos que são feitos na Europa, agora, o que se pode exigir é que essa discussão tem que se fazer com mais força, que as pessoas que introduzem os currículos tenham sensibilidade para a limitação desses quadros conceituais teóricos e isso de momento não está a ser feito com insistência. Mas isso é uma coisa que de certeza há-de vir, há pessoas que estão a discutir estas coisas, por exemplo CODESRIA¹ tem tido muita preocupação em refletir estas questões.

[BR] Mas se a tónica é muito feita na formatação curricular clássica, muitos autores africanos não cabem nos programas disciplinares, o que priva os alunos de referências intelectuais e académicas africanas. Esta heterogeneidade de pensamentos e práticas certamente que seriam estimulantes para pensarmos de forma mais elaborada e complexa a realidade africana. De que forma é que conjugamos esta diversidade sem que ela comece por produzir tensões extremadas, que geralmente se manifestam entre posturas paternalistas ou reducionismos relativos?

[EM] Eu acho que são duas questões. A primeira é prática, que não referi mas penso que vale a pena mencionar porque é muito importante; as ciências sociais estão a ser feitas, ou a universidade em geral está a ser feita, num contexto em que a referência naturalmente é externa, e depois há também uma certa expectativa por parte das pessoas que estudam em África, a expectativa de reconhecimento intelectual. Ora, esse reconhecimento intelectual, continua a ser determinado na base de critérios que são desenvolvidos aqui na Europa e na América do Norte, de modo que o currículo pessoal de alguém pode ser importante, inovador, e por aí fora, mas se este currículo negligenciar elementos de formação aqui na Europa e na América do Norte, vai transmitir sempre que estas pessoas não estão bem formadas, de modo que pode ser muito criativo nos cursos que dá no teu país. Tu tens que mostrar que estas pessoas apesar de tudo têm uma formação que um sociólogo, um antropólogo, um historiador na Europa, na Alemanha, em Portugal também teve. Agora, a outra questão relaciona-se com ideia de ciência que nós temos e no fundo com aquilo que eu estava a dizer sobre a

¹ *Council for the Development of Social Science Research in Africa* é uma Organização criada em 1973 que visa promover a cooperação académica e científica de instituições e investigadores que se ocupem da investigação acerca da questão Africana.

tensão entre a pesquisa básica e aplicada. É que a partir do momento em que se enfatiza mais a pesquisa aplicada, perde-se de vista tudo aquilo que faz com que a atividade científica seja realmente interessante, que é o trabalho conceitual, trabalhar conceitos, ver até que ponto os conceitos nos permitem descrever a realidade, ver até que ponto os conceitos nos levam a perder de vista a realidade, ver até que ponto é que através da relação entre o conceito e a realidade podemos melhorar inclusivamente os nossos conceitos e podemos melhorar a forma como procuramos estabelecer esta relação entre conceitos-realidade. No fundo, o grande desafio a enfrentar, é o problema da metodologia, de um debate metodológico que precisa ter lugar e acontecer em África, no seio da academia africana, um debate que não pode acontecer só aqui. Agora, lá está o problema, com exceção talvez da África do Sul e da Nigéria, não há em África uma massa crítica suficiente para executar isto. Por exemplo, em Moçambique nós fazemos formação em ciências sociais já há muito tempo, mais tempo de que nos outros países de língua oficial portuguesa e mesmo assim não temos essa massa crítica. Se eu fosse dar aulas em Moçambique hoje, tenho a certeza que estaria a retroceder não porque as pessoas não sejam inteligentes, mas porque nós não temos essa discussão e eu havia de ficar envolvido em questões de política, que é o que acontece quando não há massa crítica suficientemente sólida, fica-se pela discussão política como, por exemplo, aconteceu no Brasil até há pouco tempo; felizmente o Brasil agora já produziu uma massa crítica suficientemente sólida e começa a ver discussões por interesse mais metodológico e conceitual. O CODESRIA tem insistido muito, por exemplo, que as pessoas que fazem pedidos de financiamento de projeto e de conferências que incluam nas suas bibliografias autores africanos, e não é simplesmente por nacionalismo, mas porque pretendem que haja um debate metodológico interno em África. É muito importante a discussão entre nós mesmos, de questões práticas por um lado, e metodológicas, por outro, que são um maior desafio ainda.

[BR] Pensas que o debate está nitidamente enviesado, muito instrumentalizado pelas leituras e posturas que apelam para uma localização da ciência diante de um princípio de universalização? Estas correntes não questionam claramente os pilares dos fundadores do exercício científico, e isto não põe em causa a própria ideia de ciência enquanto ciência?

[EM] Aí de novo são duas coisas. Eu acho que tens razão nessa leitura. Essas correntes que tu muito bem descreveste são uma versão sofisticada daquilo

que estávamos a falar sobre a plausibilidade. Justamente, elas fundam-se num discurso essencialmente normativo, portanto, um discurso que atribui culpas, e esse tipo de discurso presta-se muito bem a um emprego da plausibilidade como critério de validação do conhecimento. Para além disto, há um outro aspeto, em que a ciência na sua relação com África também não foi inocente, ainda que a ciência em si não seja um ato puro, mas as pessoas que reclamaram sempre fazer a ciência numa perspetiva mais objetiva também tiveram problemas nessa relação, no tipo de conhecimento que produziram sobre África. Houve usos problemáticos, positivistas da ciência para descrever o continente africano, então há uma reação a isso também, só que para fazer sentido e para ser útil para África, essa reação não devia pôr em causa todo o empreendimento científico, que é o que acontece infelizmente, mas devia tentar mostrar que mesmo assim a ciência é possível. Quando eu digo isto aos meus colegas do CODESRIA eles chateiam-se comigo e dizem *Mas este individuo é racista ou etnocêntrico*, e eu digo *Vocês estão a dar respeitabilidade à coisa porque é que não se encontra uma maneira de dizer que o problema não é o racismo, o problema é que este individuo não tem formação adequada, este individuo é "burro". Porque não se diz assim e se salva a ciência?* Então, aqui está parte desse problema, nós somos muitos suscetíveis a esse discurso quase que Niilista, tu estás a dizer que tudo vale ou nada vale, então podemos prescindir da ciência. O outro problema é o de uma conclusão que se retira, o que tem muito a ver com a força que a economia política, o marxismo, teve nos estudos africanos. É uma confusão que se faz entre a neutralidade e a objetividade. Quer dizer, aquela ideia de que como não podemos ser neutros também não podemos ser objetivos. A objetividade não pode ser um objetivo para nós. Todo o conhecimento é funcional a certos interesses, e então tu tens muito isso, de pessoas inteligentes, tu ouves isso não só em África mas também fora, das pessoas que estão a fazer estudos africanos, e por isso uma das batalhas que há a fazer, é a luta para tornar claro que neutralidade e objetividade são coisas completamente diferentes e que não se é neutro obviamente, mas pode-se tentar ser objetivo porque só isso vai fazer com que a ciência se desenvolva.

[BR] Para isso é que serve a metodologia, como instrumento de distanciamento ao meu próprio sistema de crenças e valores. Obviamente que é sempre um exercício difícilíssimo, o da descontaminação, que pressupõe uma acesa luta interna que obriga a um distanciamento de nós mesmos. Concordas?

[EM] Na semana passada estive envolvido em questões muito fortes com colegas e amigos moçambicanos no *Facebook* e uma das discussões que tivemos na semana passada era sobre o que eu chamava de banalização da atividade intelectual em Moçambique, justamente por causa da força do senso comum. O que está acontecer é que há gente que está a investir muito na proteção das suas bases ideológicas, mais do que na produção do conhecimento sobre o nosso país e isso está não só a envenenar o ambiente político em Moçambique, como também a criar grandes barreiras para o desenvolvimento da atividade intelectual e científica do país. Se abordamos o conhecimento como uma forma de confirmação de determinados pré-conceitos estamos mal, pois há que abordar os conhecimentos como forma os de melhorar.

[BR] Isso deve-se ao facto de existir uma obsessão atual de que toda a ciência social deve servir para produzir resultados, e não tanto, reflexão? E daí estarmos mais centrados em atender a resultados em detrimento do caminho percorrido, que produziu um dado *conhecimento*?

[EM] É um problema que parece ser resolvido apenas por um compromisso cada vez maior com questões metodológicas; mas o que realmente acontece num contexto em que a plausibilidade impera, é ter toda essa discussão supérflua sobre quem é o portador do conhecimento porque é nesta base que se vai tentar justificar e validar o conhecimento e depois a coisa fica absurda, por exemplo, não é só dizer que o africano pode falar sobre o continente africano, que é um grande problema, mas é também o africano que está fora não pode falar com maior autoridade do que o europeu que está no continente africano. Qual é o problema? É que no centro desta discussão nunca estão as premissas, é sempre a discussão das conclusões, nós estamos sempre a discutir conclusões e nunca estamos a discutir premissas que tornam as conclusões possíveis e é nessa base que transformamos todo o tipo de gente em especialistas. Por exemplo, se um camponês africano te disser que está a sofrer por causa do Banco Mundial, isso é suficiente para os estudos africanos afirmarem *o Banco mundial está a causar sofrimento nos africanos* porque o camponês o disse, mas o camponês percebe essas coisas? Não, claro que ele não percebe. É preciso ter muito mais para perceber que o banco mundial está a causar sofrimento aos africanos.

[BR] Eu diria que é uma versão deturpada do que foi proposto pela etnometodologia.